



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**Relatório e Parecer sobre a Petição nº
425/2009 – “Apreciação e alteração dos
Decreto-Lei nº 254/76 e 647/76”.**

Ponta Delgada, 20 de Novembro de 2009

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	0128 Proc. Nº 4510.01
Data:	10/01/14 Nº 425/09



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

I

INTRODUÇÃO

No dia 7 de Setembro de 2009, um grupo de 307 cidadãos apresentou a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma petição relativa à alteração dos Decretos-Lei nº 254/76 e 647/76 que tem como primeiro subscritor o Senhor Renato Andrade Moniz.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer, cujo prazo foi prorrogado até ao dia 9 de Dezembro de 2009, por Despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa.

II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos do artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

III
APRECIAÇÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que dos 370 peticionários, apenas 308 se encontram devidamente identificados. Os restantes ou estão repetidos ou não possuem elemento de identificação. Assim sendo, estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir o 1º subscritor da petição.

1. Audição do Peticionário

A audição teve lugar na reunião da Comissão de Política Geral, no dia 20 de Novembro de 2009, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, tendo comparecido o 1º Subscritor, Senhor Renato Andrade Moniz.

O Presidente da Comissão começou por explicar que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, clarificando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar a petição formulada pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

O peticionário Renato Moniz começou por explicar que, depois diversas diligências efectuadas sem resposta, entendeu que deveria apresentar uma Petição à Assembleia Legislativa, tendo em vista ser autorizado a deslocar um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

estabelecimento de venda de artigos sujeitos ao disposto no Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e no Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho para o Centro Histórico da cidade de Ponta Delgada, atendendo a que o mesmo se localiza a menos de 300 m de um infantário.

Manifestou o seu espanto pelo facto de conseguir adquirir objectos idênticos aos que vende na sua actual loja, em estabelecimentos não licenciados ao abrigo da disciplina legal daqueles dois diplomas e situados dentro do limite de protecção de 300 metros, legalmente fixado.

Assim, entende que deve ser alterada a legislação, em ordem a que nos Açores seja reduzida a distância de 300 metros, dado existir já precedentes na legislação regional, relativamente à venda de bebidas alcoólicas.

A Deputada Piedade Lalanda Gonçalves, do Grupo Parlamentar do PS, perguntou ao peticionário se o estabelecimento que adquiriu se destinou apenas a rentabilizar o edifício ou se foi especificamente para a venda de material sujeito ao disposto no Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e no Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho. Por outro lado, questionou a razão pela qual não ponderou a realocização da venda daquele material em espaços sem restrições legais.

O Deputado José San-Bento, do mesmo Grupo Parlamentar, começou por felicitar a atitude meritória do peticionário, enfatizando a forma extremamente correcta como o assunto foi exposto e a clareza do seu objectivo, considerando que nos encontramos num estado democrático, com direitos e liberdade de expressão, havendo mesmo muita hipocrisia em relação à venda ilegal daquele material, pelo que cabe às autoridades fiscalizar tal situação ilícita. Entende que a actividade comercial em causa é de relevância, na medida em que contribui para o bem-estar e qualidade de vida de várias pessoas e famílias.

Esclareceu que, independentemente do resultado desta petição, o assunto não ficará esquecido e que o seu Grupo Parlamentar irá reflectir aturadamente esta pretensão, numa perspectiva transversal e abrangente.

O Presidente da Comissão interveio para esclarecer que este assunto será apreciado sem preconceitos e com a mesma seriedade com que todas as matérias têm sido tratadas nesta Comissão e com a sensibilidade política de cada Grupo Parlamentar, pois trata-se de uma actividade que deve ser exercida com regras



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

claras e legais.

O Presidente da Comissão afirmou, ainda, que a Região dispõe de competência legislativa neste domínio, como resulta da alínea h) do nº 2 do artigo 54º do EPARAA, já que se está perante uma matéria de licenciamento e de regulação de actividade comercial.

IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP relevaram o mérito da participação cívica dos peticionários e o modo claro e objectivo como suscitaram a questão, usando do direito de apresentação de uma Petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores discuta em Plenário a possibilidade de apreciação e alteração dos Decreto-Lei nº 254/76, de 7 Abril e do Decreto-Lei nº 647/76, de 31 de Julho

V

CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efectuou a audição entendida como necessária, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório, tendo concluído:

- 1. A iniciativa legislativa ocorre ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 1 artigo 31º e da alínea f) do artigo 88º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPRAA), aprovado pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, sendo exercida pelos Deputados ou pelo Governo Regional, respectivamente.**
- 2. As Comissões Parlamentares não dispõem do direito de iniciativa legislativa.**
- 3. A Região tem competência legislativa sobre a matéria objecto da petição no quadro do licenciamento e da regulação da actividade comercial, como decorre da alínea h) do nº 2 do artigo 54º do**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

- 4. A Inspeção Regional das Actividades Económicas (IRAE), no âmbito das suas competências, deverá desenvolver as acções necessárias para o cumprimento do quadro legal em vigor quanto à matéria objecto desta petição, pelo que o presente relatório deverá ser remetido ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.**
- 5. Remeter o presente Relatório ao primeiro subscritor da Petição.**

Em consequência, a **Petição nº 425/2009 – “Apreciação e alteração dos Decreto-Lei nº 254/76 e 647/76”** está em condições de ser agendada para **debate em Plenário**, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Ponta Delgada, 20 de Novembro de 2009

O Relator

António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Pedro Gomes